

Imigração e transformação social da Europa: a reviravolta de uma época e as suas perspectivas

Pietro Basso
Fabio Perocco

Resumo

A passagem de continente de emigração a continente de imigração foi para Europa uma mudança enorme. Desde 1945, chegaram à Europa ocidental dezenas de milhões de imigrantes, antes de outras regiões europeias, depois dos quatro cantos do mundo. Assim se verificou uma transformação social enorme: o nascimento (definitivo) de sociedades multinacionais, multirraciais, multiculturais, multirreligiosas. Durante um longo período, os governos e as empresas pretenderam que os imigrantes só fossem temporâneos, para poder dispor de uma massa de trabalhadores precários, pouco integrados, vulneráveis. Esta pretensão, que tem voltado com força nos últimos anos, encontrou a orgulhosa resistência das populações imigrantes, que criaram um enraizamento social cada vez maior. O mesmo vale para a pretensão similar dos poderes estabelecidos de submeter as populações e os/as trabalhadores/trabalhadoras migrantes a uma exploração diferencial e a todo tipo de discriminações, que foram encaradas com lutas e rebeliões. Durante décadas, no fundo ameaçador da grande crise não resolvida de 2008, esse conflito piorou até transformar a “questão imigração” numa questão militar, que deve ser solucionada com as marinhas militares e as polícias de fronteiras. Este artigo explica que há muita coisa em jogo: ou voltamos a um modelo de sociedade e estado baseado na mais brutal opressão “racial” e de classe, ou vamos para frente para uma sociedade definitivamente liberada dessas e outras formas de opressão.

Palavras-chave: Imigração. Europa. Transformações sociais. Racismo

Pietro Basso

Università di Venezia - UNIVE

E-mail: pbasso@unive.it

 <https://orcid.org/0000-0001-6912-048X>

Fabio Perocco

Università di Venezia - UNIVE

E-mail: fabio.perocco@unive.it

 <https://orcid.org/0000-0001-6912-048X>

Recebido em: 05/09/2019

Aprovado em: 14/07/2020



<http://www.perspectiva.ufsc.br>

 <http://dx.doi.org/10.5007/2175-795X.2020.e67413>

Abstract**Immigration and social transformation in Europe: the turning point of an era and its perspectives**

The shift from the continent of emigration to the continent of immigration marks the change of an era for Europe. Since 1945, tens of millions of immigrants have reached Western Europe, at first from other European regions, then from every corner of the world. Thus, a remarkable social transformation took place: the (ultimate) birth of multi-national, multi-racial, multi-cultural, multi-religious societies. For a long time, governments and companies demanded that immigrants be only temporary, so as to have a mass of precarious, barely integrated, vulnerable workers. Such demand, strongly restated over the past few years, was fiercely opposed by immigrant populations, who responded with a wider social rooting. The same applies to the similar demand by the powers that be to impose on immigrants' differential exploitation and any sort of discrimination, opposed by a long chain of struggles and upheaval. Over the course of decades, set on the background of the unsolved great crisis of 2008, this conflict has escalated, until the "question of immigration" has turned into a military question, to be fixed with the intervention of the navy and border police. This paper states that the stakes are now too high: either we go back to a model of society and state based on brutal "racial" and class oppression, or we go towards a society finally freed from any kind of oppression.

Keywords:

Immigration.
Europe. Social
transformations.
Racism.

Riassunto**Immigrazione e trasformazione sociale dell'Europa: una svolta epocale e le sue prospettive**

Il passaggio dal continente di emigrazione al continente di immigrazione è stato un enorme cambiamento per l'Europa. Dal 1945, decine di milioni di immigrati sono arrivati in Europa occidentale, prima di altre regioni europee, dopo dei quattro angoli del mondo. Così si è verificata un'enorme trasformazione sociale: la nascita (definitiva) di società multinazionali, multirazziali, multiculturali, multireligiose. Per molto tempo i governi e le aziende hanno voluto che gli immigrati fossero solo temporanei, per avere una massa di lavoratori precari, poco integrati e vulnerabili. Questa rivendicazione, tornata con forza negli ultimi anni, ha incontrato l'orgogliosa resistenza delle popolazioni immigrate, che hanno creato un sempre maggiore radicamento sociale. Lo stesso vale per l'analoga rivendicazione dei poteri istituiti di sottoporre le popolazioni e i lavoratori migranti a uno sfruttamento differenziato e ad ogni tipo di discriminazione, che sono state affrontate con lotte e ribellioni. Per decenni, nel fondo minaccioso della grande crisi irrisolta del 2008, questo conflitto si è aggravato fino a trasformare la "questione immigrazione" in una questione militare, che deve essere risolta con le marine militari e la polizia di frontiera. Questo articolo spiega che c'è tanta cosa in gioco: o torniamo a un modello di società e stato basato sulla più brutale oppressione "razziale" e di classe, oppure passiamo a una società definitivamente liberata da queste e altre forme di oppressione.

Palabras clave:

Immigrazione.
Europa.
Transformazioni
sociali. Razzismo.

Uma mudança de época

A Europa por séculos foi um continente de emigrantes. Ou melhor: de colonos e imigrantes. Não é o caso, de fato, de sobrepor os dois fenômenos. As companhias comerciais, com protagonistas de primeira ordem Espanha, Portugal, Grã-Bretanha e França, levaram para os quatro cantos do mundo tropas de capitães, soldados, cadetes das famílias nobres, comerciantes e, em seguida, uma quantidade de prestadores de serviço. No entanto, a partir do século XVIII, adquire consistência, principalmente da Irlanda, um movimento migratório de massa com características muito diferentes.

Devido às transformações econômico-sociais em curso nos campos e aos emergentes processos de industrialização, a emigração da Europa assume os traços de “fuga de massa” da miséria e do desemprego. A emigração para além do Oceano é geralmente uma mera questão de sobrevivência, como quando, na metade do século XIX, uma devastadora escassez obriga ao êxodo de um milhão de irlandeses (SASSEN, 1999, p. 42). Na mesma época, inicia-se na Alemanha uma maciça imigração transoceânica provocada pelas contínuas guerras e pela fome, composta em sua maioria pelos pobres. E é inigualável pela sua dimensão de emigração, que entre 1976 e 1988 levou para os mais diversos ângulos do mundo quase 27 milhões de trabalhadores italianos (GOLINI; AMATO, 2001, p. 48) – uma população superior àquela que tinha a Itália no momento da sua formação como um país unificado. Para se ter uma ideia da imponência da emigração europeia nos séculos passados, basta dizer que em 2013 a população dos Estados Unidos era composta quanto ascendência “étnica”, isto é, nacional, da seguinte forma: 49 milhões de indivíduos tinham ascendência alemã, 35 milhões irlandesa, 27 milhões inglesa, 17 milhões italiana, cerca de 10 milhões polaca, outros tantos franceses, mais de cinco milhões de escoceses e escocês-irlandesa¹.

Bem, a época das grandes emigrações dos países da Europa ocidental *acabou*. Acabou, a grosso modo, na metade do século XX (com uma reverberação relevante ainda nos em 1960), quando a Europa ocidental se transformou em uma grande área continental *de imigração*, intraeuropeia e extraeuropeia. Certamente, as migrações intraeuropeias foram significativas já no final do século XVII, e (independente do tráfico de escravos) uma imigração extraeuropeia estava presente na Europa já no início do século XIX. No entanto, aquilo que aconteceu nos últimos 70 anos não *têm precedentes na história da Europa moderna*. Em 1950, na Europa ocidental, os imigrantes de origem estrangeira (pessoas com nacionalidade diferente do país de residência) eram apenas quatro milhões; em 1971, eram cerca de 11 milhões; em 1982, em volta de 15 milhões; em 1995, cerca de 20 milhões. Acrescentam-se aí os imigrantes naturalizados e os seus descendentes que, uma vez conquistada a cidadania, desaparecem das estatísticas sobre os estrangeiros, e em países como a França ou a Grã-Bretanha são tão numerosos a ponto de superar os números dos estrangeiros (BADE, 2001, p. 328). Em 2018, os residentes em um país da União Europeia (UE-28)² com cidadania não europeia eram 22,3 milhões (4,4% da população UE-28), enquanto eram 17,6 milhões os

residentes em um país da UE-28 com cidadania de outro país membro. Ainda mais evidente é o dado que faz referência aos países de nascimento: em 2018, a UE-28 tinha 38,2 milhões de residentes nascidos fora de um país membro, e 21,8 milhões de residentes nascidos em um país membro diferente daquele que residem. Em prática, *quase 60 milhões de não nacionais*. Atualmente, no país-chave da União Europeia, a Alemanha, tem um fundo migratório (*Migrationshintergrund*) que diz respeito a 25% da população!

Esses números fotografam o enorme processo de *transformação demográfica, social, cultural* que aconteceu nas últimas décadas. Apresenta-se um tanto radical se considerar que faz apenas 80 anos que uma grande parte da Europa ocidental foi conquistada pelo programa, ao mesmo tempo imprudente e criminal, de “bonificar” os povos europeus-arianos da contaminação com as “raças inferiores” e com os hebreus, e então da sua presença em solo europeu.

2. Imigração no pós-guerra (1945-1975) entre a temporaneidade e a estabilização

Com todos os limites próprios de periodização, dividimos o horizonte temporal dessa grande transformação em três fases: a primeira vai após Segunda Guerra Mundial até a metade dos anos 1970; a segunda, do final dos anos 1970 até a grande crise de 2008; a terceira abrange a última década.

A primeira fase é caracterizada pela tensão entre *temporaneidade* da migração (defendida pelos estados e pelo sistema empresarial) e a sua *permanência/estabilização* (ambicionada pela população de imigrantes). As relações de força dessas duas frentes estão ligadas à possibilidade, ao ritmo e à modalidade do processo de enraizamento social das populações imigrantes³.

Nos primeiros anos do pós-guerra, ao final de um horrível massacre (mais de 40 milhões de mortes no continente) e de inacreditável destruição, os países industrializados da Europa central, ocidental e setentrional sofrem, para além de uma grave escassez de capital, uma grande falta de mão de obra. Ambos os fatores influenciam negativamente a reconstrução e, mais geral, o processo de acumulação. A escassez de capital é compensada, em grande parte, pelo plano Marshal. Para enfrentar a carência de mão de obra, todavia, Alemanha, Grã-Bretanha, França, Bélgica, Suíça – concentrados na industrialização interna – recorrem ao recrutamento de mão de obra nos países limítrofes do Sul da Europa, dotados ainda de uma abundante população vinculada à agricultura. Em 1950 e 1960, a Itália é a primeira área de partida, acompanhada da Espanha, Portugal, Grécia e Iugoslávia. Os trabalhadores italianos, espanhóis, portugueses, gregos e iugoslavos são recrutados, em boa parte, no âmbito dos acordos bilaterais entre estados de emigração e estados de imigração⁴. Nos primeiros anos de 1970, o movimento intraeuropeu Sul-Norte atinge um saldo migratório de 15 milhões de indivíduos (BADE, 2001, p. 342), mas do final dos anos 1970 diminui notavelmente, embora sem desaparecer completamente⁵. Nos anos 1960 e 1970, funcionam como reserva de força de trabalho para área central e motriz da economia europeia também os países

extraeuropeus com quem possui laços que remontam ao colonialismo histórico: nos anos 1960, Argélia, Índia, Paquistão e Caribe; nos anos 1970, Turquia, Marrocos e Tunísia.

Para além da migração de trabalho, essa primeira fase está interessada também em outras duas importantes dinâmicas migratórias, que contribuem para incrementar a heterogeneidade da população, da proveniência nacional, das figuras e redes sociais. De um lado, os movimentos de exilados e refugiados que tem lugar ao final da guerra, com o deslocamento de milhões de pessoas de um país para outro⁶. Do outro lado, a imigração euro colonial e “post colonial”, o regresso à pátria dos colonos europeus e de funcionários administrativos e militares de ocupação, bem como a migração de tropas auxiliares e dos grupos de população local que se colocaram a serviço das potências coloniais: “No período 1940-75, das colônias chegaram à Europa cerca de 7 milhões de pessoas de origem europeia [...]. A estimativa sobre a migração de retorno e sobre imigração dos territórios coloniais da Europa causadas do processo de descolonização entre 5,5 e 8,5 milhões” (BADE, 2001, p. 335)⁷.

As características da imigração dessa primeira fase estão relacionadas às características do contexto de chegada e, sobretudo, ao “modelo” econômico-social dominante da época, comumente definido fordista, com a centralidade da grande fábrica no processo de desenvolvimento da indústria e do mercado interno. Nas classes de trabalhadores, isso corresponde à centralidade da figura do operário de massa das grandes fábricas, forçado a suportar pesadas cargas e horário de trabalho, mas, até certo ponto, protegido das novas garantias salariais e sindicais, e dos contratos nacionais de trabalho.

Pelo menos até o final da primeira metade de 1960, cada país centro-europeu de imigração tem uma ou, no máximo, duas/três nacionalidade estrangeiras claramente majoritárias. Os trabalhadores imigrantes são na sua totalidade homens, jovens, geralmente, solteiros. Normalmente, de origem rural, pouco ou nada instruídos, preponderantemente empregados como trabalhadores braçais e operários comuns na indústria metalúrgica, metalomecânica, automobilística ou nas mineiras. Os seus contratos de trabalho, quando são temporários, trazem uma relativa estabilidade, porque beneficiam uma longa conjuntura econômica de forte crescimento e baixo desemprego (os “trinta gloriosos”, anos 1945-1975). Os governos e o sistema empresarial representam as respectivas opiniões públicas sobre o padrão dos trabalhadores contemporâneos, *Gastarbeiter*⁸, passarinho de passeio, que partem docilmente quando não têm mais a sua necessidade. Contudo, muitos desses trabalhadores imigrantes, especialmente aqueles provenientes dos países mais distantes, tendem a *estabilizar-se*. E é assim que, ao longo do tempo, a imigração *de trabalho* se transforma em muitos casos em imigração *familiar* – “imigração de povoamento”, assim chama Sayad (1999). Por essa e por outras vias, as presenças temporárias e a migração circular se convertem em imigração *definitiva*.

Essa passagem pressupõe seja a transformação dos imigrantes como em uma profunda e inesperada dos países de chegada. Mudam a estrutura demográfica da Europa centro-ocidental e a paisagem cotidiana

urbana, social, cultural e religiosa. A motivação para a estabilização e enraizamento é tão forte que sequer a crise de 1973, as políticas de *stop* à imigração, as políticas de regresso voluntário e a expulsão dos imigrantes conseguem inverter a tendência. Desse modo, o enraizamento social torna-se, na verdade, causa e origem de uma ulterior estabilização dos imigrantes “de passagem”, assim como o potente fator de transformação da sociedade em que eles chegam.

Apesar de tudo, os países da Europa ocidental continuam a *negar* “obstinadamente de ser [se transformarem] países de imigração” (SASSEN, 1999, p. 16). Uma negação similar da evidência, somente em aparência irracional, serve para influenciar a *direção* e a *velocidade* da mudança, e a criar obstáculos ao intercâmbio humano sobre as igualdades de condições e a solidariedade entre autóctones e imigrantes. A imigração de mão de obra estrangeira é permitida, até mesmo incentivada, somente quando é estritamente imprescindível às necessidades da produção nacional. As políticas migratórias “de abertura” contêm uma abertura mais ou menos em sentido único no confronto das exigências do mercado de trabalho – à massa de trabalhadores imigrantes são impostas, ao contrário, condições de vida e de trabalho muito duras. O acesso deles aos direitos sindicais e sociais adquiridos dos autóctones é fruto de árduas lutas, e é quase sempre parcial ou provisória – como testemunha no seu belo *Memorial*, Mario D’Andrea, emigrante italiano na Alemanha (CARCHEDI; PUGLIESE, 2006, pp. 223-243).

À imigração de trabalho é atribuída a dupla função de mão de obra barata para conter o crescimento dos salários e de amortizador social da crise cíclica da economia capitalista. A grande parte dos imigrantes está destinada a formar a camada mais baixa da classe de trabalhadores, por vezes, reduzidas ao subproletariado. Não obstante o impetuoso crescimento dos setores econômicos impulsionadores, em que tantos trabalhadores de origem estrangeira se ocupam, a sua inclusão social é ainda marcada pela subalternidade e a inferioridade. Em todos os países de chegada, ainda que de forma diversificada, o racismo institucional usual fixa essas desigualdades sociais. Daí resulta a *racialização das condições de classe* dos imigrantes, com a formação de frações de classes operárias “eticamente” caracterizadas e de “minorias étnicas” marginalizadas. Independente das grandíssimas filosofias de integração divulgadas nas instâncias institucionais, a experiência concreta dos imigrantes é marcada, em geral, por uma rede de discriminação e práticas racistas. Emblemática é, a esse respeito, a experiência alemã:

Por falar de um século de políticas migratórias da Alemanha, o país europeu que mais do que outros, talvez, beneficiou-se da contribuição do trabalho dos imigrantes. Kammerer (1974) salienta, sobretudo, um verdadeiro e próprio paradoxo: a recusa, que durou 120 anos!, das autoridades alemãs de reconhecer que é um país de imigração; o que equivale a um desconhecimento público de igual modo prolongado do papel desempenhado das populações de imigrantes na reconstrução e na prosperidade do país. A rejeição caiu, oficialmente, somente no início de 2000, com o lançamento da nova lei alemã sobre a cidadania que abre um caminho mais amplo para a “naturalização” dos imigrantes residentes há muito tempo no país e, principalmente, para seus filhos. No entanto, se excede tal (parcial e contrária) turno, nessa matéria a política do Estado alemão apresenta uma forte continuidade, que atravessa sem muitas mudanças os *Reich* e as repúblicas, o nazismo

e as democracias. Eis as suas *constâncias*: o esforço de colocar a disposição das empresas, na quantidade solicitada da conjuntura econômica, imigrantes “de tempo”, hóspedes *temporários* do país, sem família, sem ligação e sem alguma pretensão de colocar raízes; a criação de um sistema *especial* de controle sobre esses [imigrantes], destinado a assegurar a sua especial, como se diz atualmente, flexibilidade e produtividade; a instituição de uma *hierarquia nacional-racial* no mercado de trabalho com os assalariados alemães com posição superior daqueles não alemães, estes últimos divididos, por sua vez, em posições e categorias diferenciadas. (BASSO; PEROCCO, 2003, p. 28-29).

Não se trata somente da Alemanha. Para além das especialidades relacionadas ao perfil constitucional dos países e das suas histórias coloniais, as políticas migratórias dos países europeus dessa primeira fase são todas marcadas pelo excessivo *utilitarismo migratório* (MORICE, 2002). São políticas de utilização e de controle do trabalho de imigração, características comuns de um balanço decisivamente negativo que se mede pela condição social das populações de imigrantes. Da Alemanha já falamos. A França se destaca pela sua pretensão e, em certa medida, pelo seu orgulho de querer e saber assimilar as massas imigrantes, mostrando-se fiel aos precedentes “universalísticos” do seu credo nos direitos humanos. Por sua vez, a Grã-Bretanha, também disposta a conceder graciosamente a cidadania às pessoas vindas das ex-colônias do próprio ex-império, inclusive aquelas de pele negra e marrom, cumpre o respeito aos direitos das “ethnic minorities” [minorias étnicas] presentes no seu território. Nessa diferenciação dos “modelos”, o alemão parece mais duro e inóspito, o francês e o inglês os mais capazes de gerar a integração, seja sob forma de *assimilação* à cultura e à nação francesa, com a separação definitiva da cultura e da nacionalidade de nascimento, ou de integração subordinada, e “eticamente” marcada, como a superação anglo-saxônica, mais branca do que nunca. Para a França e a Grã-Bretanha, o seu passado de grandes potências coloniais comportava determinadas “obrigações”, especialmente depois da explosão do modo anticolonial tricontinental, na tentativa de saber honrar os compromissos assumidos com os povos colonizados.

Contudo, é precisamente o vigor das lutas anticoloniais e a sua concomitância com o despertar social metropolitano dos “anos 1968” que colocaram em evidencia, principalmente na França e na Grã-Bretanha, muitas formas de desigualdade e de opressão presentes nos países e europeus, não menos importante a discriminação aos danos das populações imigrantes, seja extraeuropeia que europeia. É evidente que em *nenhum* dos países de imigração existia uma *real e igualitária “integração” social* dos trabalhadores imigrantes. Na verdade, mesmo na presença de medidas e processos de integração formal, a vida cotidiana permanecia, para os mesmos “assimilados” ou os “novos cidadãos” não brancos⁹, sinalizada de normas especiais e várias formas de racismos. Apesar disso, o “modelo alemão” ficava, ao seu rigor, o menos opaco: com a clara exclusão de cada possibilidade, para as pessoas imigrantes, de acesso à cidadania. Isso expressava, sem frescura, a pretensão comum dos empreendedores e dos governos da França e a Grã-Bretanha: ter à disposição *meros e temporários braços de trabalho*, que reconhecem como o *mínimo necessário* para sobrevivência, e somente para o período de permanência de trabalho. Uma mão de obra que deveria ser dócil, silenciosa, não inserida, socialmente isolada, se não invisível, e disponível para dar

o máximo de empenho de trabalho, em vista de um rápido retorno para casa com um pé de meia com sua suada economia.

No entanto, jamais faça as contas sem o inimigo! Porque em contraste objetivo, e muitas vezes consciente, com semelhantes políticas de estado, em número determinação crescentes, os operários e os trabalhadores imigrantes socializam entre eles e com os trabalhadores autóctones, criam circuitos de resistência (geralmente em uma base nacional ou subnacional), iniciam a protestar contra as graves condições de vida e de trabalho, não aceitam serem submetidos ao crescente desemprego nos anos 1970, aproximam-se dos sindicatos e, em primeira fila, participam das lutas do movimento operário e aos movimentos sociais. Contrário às expectativas dos governos e das empresas, em suma, saem da sombra de quem deseja usá-los, inserem-se, criam raízes, descobrem, ou em certos casos redescobrem, o calor e a força da *luta coletiva*, da *luta de classe*. Na França os trabalhadores magrebinos – que já foram ouvidos em Paris em solidariedade ao movimento argelino de liberação nacional – empenharam-se na luta referente à própria condição de trabalhadores estrangeiros e à operária geral; participam das mobilizações pelo direito à saúde nas minas de Penarroya (1971-1977) e pela melhoria dos salários e das condições de trabalho na Renault, de Boulogne (1973); envolvem-se na luta contra o racismo na Renault, de Aulnay (1971), e na Girosteel, de Bourget (1972); organizam a greve nos *foyers* Sonacotra (1974-1980) e as greves de fome contra a expulsão iniciada em 1972 com a chegada da crise; em 1973, o Mouvement des Travailleurs Aarabes (MTA) [Movimento dos Trabalhadores Árabes] organiza uma greve geral dos trabalhadores árabes contra o racismo (LINHART, 1979; GALLISSOT, 1994; TRIPIER, 1990; MERCKLING, 1989).

Na Alemanha, a participação dos trabalhadores imigrantes na luta operária e na vida do sindicato também é importante, principalmente no setor automobilístico. Nos acalorados conflitos sindicais da primavera-verão de 1973, “um dos mais memoráveis ciclos de luta da história de classe da Alemanha ocidental” (ROTH, 1976, p. 11), os trabalhadores turcos, italianos, iugoslavos e de outras nacionalidades de imigração sobressaem-se, junto aos operários alemães e imigrantes, como *vanguarda de luta*. Na John Deere, de Mannheim, na Hella, de Lippstadt e Paderborn, na Klöckner, de Brema, na Pierburg, de Neuss, na AEG, de Gelsenkirchen, na Opel, de Bochum, na Ford, de Colonia, e em outras cem fábricas, a corajosa contribuição dos imigrantes foi determinante na reivindicação do aumento salarial igual para todos, redução da velocidade das linhas, maiores intervalos, demissão dos chefes mais brutais, ao contestarem as tarefas, a hora extra, a discriminação, ao enfrentar a repressão patronal e estatal, em dar vida a organismos autônomos de luta não comprometidos com a prática da gestão partilhada, como os sindicatos oficiais, lamentavelmente contaminados da xenofobia (CASTLES;KOSACK, 1974; ROTH, 1976; KAMMERER, 2005)¹⁰. A ativa participação às lutas operárias dos proletários e proletárias imigrantes aconteceu também na Bélgica, Grã-Bretanha, Suíça, e é um indicado e um vetor de transformação social produzida pela imigração, é a demonstração dos processos de “integração por baixo entre os trabalhadores”. *Em todos os*

países da Europa ocidental toma corpo, assim, um proletariado multinacional e multirracial. À sua maneira, no final de 1960 – início 1970, essa mesma cena se reproduz na Itália com um vivíssimo protagonismo das massas de jovens operários imigrantes no triângulo industrial Turim-Milão-Génova: nesse caso, porém, trata-se de imigrantes internos, vindos do Sul da Itália, tratados no Norte como “coreanos” ou “africanos”, de “clandestinos do mercado de trabalho na sua mesma pátria” (ALASIA; MONTALDI, 2010, p. XII).

Em nenhum dos países interessados essas lutas conseguiram realizar uma *completa* igualdade social, política e jurídica entre a população e os trabalhadores imigrantes e autóctones. Em nenhum desses, os imigrantes conseguiram usufruir do *pleno* reconhecimento da cidadania social em matéria de welfare¹¹, condições de moradia, acesso à educação. No entanto, as lutas desses anos deixaram uma marca tanto no plano material, com uma lição política basilar: ou se avança todos juntos, unidos como uma única “nação operária” (ALASIA; MONTALDI, 2010, p. 177), ou, se divididos, se recua todos juntos, mesmo se inicialmente os golpes parecem ser direcionados apenas aos imigrantes.

3. A era neoliberal: precarização estrutural, racismo de Estado, novas lutas

Na segunda fase, que vai da metade de 1970 até a deflagração da crise 2008, a imigração em direção à Europa ocidental *continua a crescer e a se estabilizar*. O aparelho ideológico e operativo da *fortaleza Europa*, que teve a sua fundação no acordo de Schengen (1985), a implementação de leis punitivas e a crescente propaganda anti-imigração são barreiras que a força do movimento migratório de entrada infringe. Devido à chegada dos novos trabalhadores, refugiados e exilados, dos mais numerosos reagrupamentos familiares e da reprodução natural das populações imigrantes, o mundo da imigração se expande muito e assume uma forte heterogeneidade demográfica, nacional, linguística, cultural. Da simples presença, ainda que silenciosa, torna-se um *elemento constitutivo, orgânico*, das sociedades europeias. Somente um exemplo, emblemático: na metade dos anos 1990, dos 55 milhões de franceses, cerca de 18 milhões – um terço! –, descendiam de pais ou avós de proveniência estrangeira (BADE, 2001, p. 378).

A crise da metade de 1970 envolveu por algum tempo a queda de chegadas e regressos de imigrantes aos seus países de origem. No entanto, o regresso interessa somente a uma parte bem limitada dos imigrantes, principalmente, os trabalhadores italianos e espanhóis, enquanto o fator distância favorece a permanência, mesmo diante de novas dificuldades, dos imigrantes extraeuropeus. Na década de 1990, com a massiva recuperação da imigração internacional *a nível global*, volta a aumentar as chegadas nos países da Europa ocidental. Na sucessiva década, esse movimento fica ainda mais encorpado. Em 20 anos de imigração cresce notavelmente, tanto nos número como na proveniência¹²: em 1985, na UE-15¹³, a população estrangeira soma 13,1 milhões (CARITAS, 2000, p. 55); em 1995, sobe para 18,1 milhões (CARITAS, 1998, p. 41); em 2009, na EU-27¹⁴ chega a 31,6 milhões (CARITAS, 2014, p. 61). Trata-se,

na sua maioria, de uma *imigração extraeuropeia com um forte componente africano e asiático*. Ao mesmo tempo, a partir dos primeiros anos da década de 1990, sustenta-se particularmente do fluxo de imigrantes da Europa do leste (COUNCIL OF EUROPE, 1992).

A partir desse momento, o movimento imigratório interessa a *toda* Europa, incluindo os países mediterrâneos (Itália, Espanha, Portugal e Grécia). Apresenta-se fortemente *plurinacional*, poliorientada, um leque, dentro de um movimento global de massa, que se deslocam das “periferias” em direção aos países “centrais” da economia mundial. Saltam as velhas diretrizes dos precedentes movimentos migratórios baseadas, sobretudo, nas relações históricas, culturais, de afinidades linguísticas, consolidadas na cadeia migratória. Além disso, no final dos anos 1980 chegam à Europa ocidental trabalhadores, minorias, deslocados e exilados da Europa oriental e sul-oriental (entre eles milhares de Rom¹⁵), incrementando a sedimentação e estratificação das populações imigrantes. Aumenta a *heterogeneidade demográfica e social* deles em termos de idade, proveniência territorial, classe social, nível educacional. É um tipo de pequena translação social. Por conta de uma multiplicidade de causas estruturais que não podemos aqui nos aprofundar¹⁶, a partir de 1990, partem dos países de emigração um pouco de tudo: menores, jovens-adultos, adultos e idosos (reagrupamento familiar); população de proveniência tanto urbana quanto rural; pessoas com pouca instrução, assim como diplomados e graduados; indivíduos pertencentes ao subproletariado, à classe operária, às classes médias. Ocorre, também, uma fragmentação e individualização dos percursos e dos percursos de projetos migratórios.

Essas novas migrações têm lugar em um contexto global marcado pela mundialização das relações sociais capitalistas a uma escala jamais alcançada. Assim completa o processo plurissecular de formação do mercado mundial do trabalho, em que as migrações globais das últimas décadas são parte integral. A profunda reestruturação social que derivou disso envolveu, em modos e graus diversos, a economia, os aparatos produtivos, a organização e o mercado de trabalho, as estruturas estatais, os ordenamentos jurídicos, os direitos sociais e, naturalmente, as mesmas condições da migração. Essa reestruturação, que é acompanhada de uma difusão massiva da ideologia neoliberal, ocorre sob a bandeira da *desvalorização geral da força-trabalho* como alavanca para a recuperação de uma acumulação de capital que se asfixiou. Em um quadro de contradição da fragmentação das unidades produtivas e deslocalizações, da expansão da economia submersa, dos processos de terceirização, da desestruturação do direito ao trabalho, do enfraquecimento dos sindicatos, do desmantelamento e privatização do welfare, o sistema das empresas acha muito vantajoso fazer uso das trabalhadoras e dos trabalhadores imigrantes enquanto mão de obra de baixo custo, hiperflexível, com direitos reduzidos, ou – em caso de irregularidade forçada – reduzidos a nada.

Nessa segunda fase, então, os movimentos migratórios se tornam mais “complexos”. A novidade de maior relevância, talvez, é constituída da *presença de mulheres, fortes como nunca na história dos*

últimos dois séculos. Nos anos de 1990 e 2000, em vários países de imigração, atinge-se um relativo equilíbrio demográfico entre homens e mulheres – na Itália tem, inclusive, uma leve prevalência das mulheres. Isso depende da intensificação dos reagrupamentos familiares e do corte dos tempos da reunificação familiar, mas, no mínimo, pelo crescente protagonismo das mulheres, principalmente do Leste europeu e da América Latina, na abertura da “cadeia migratória” ou na emigração solitária. Uma novidade devida, essencialmente, à nova divisão internacional do trabalho reprodutivo (KOFMAN; RAGHURAM, 2015), que reforça o processo de estabelecimento na Europa das populações imigrantes.

Esse imponente e diversificado movimento migratório se deparou com um duplo processo – institucionalizado – de *precarização* e *criminalização* dos imigrantes. Referimo-nos, sobretudo, à radical precarização da condição de trabalho, social e jurídica dos imigrantes recém-chegados e uma parte daqueles já residentes, determinada de políticas migratórias crescentemente restritivas destinadas a reintroduzir a figura do *Gastarbeiter* (trabalhador temporariamente convidado), contrastando o máximo possível com o enraizamento definitivo. No entanto, em um contexto de “capitalismo flexível”, com alto índice de desemprego e mercado de trabalho desregulado, subordinar o visto de residência a uma regra de contrato de trabalho com duração indeterminada (cada vez mais difícil dos autóctones conseguirem) pode significar somente uma coisa: o crescimento forçado dos “irregulares” e do risco de sê-lo. A Lei italiana sobre imigração n.º 189/2002 (conhecida como Bossi-Fini) foi pioneira nessa direção de análogas normativas adotadas em sucessão de outros países europeus, que geralmente vinculam os direitos sociais (estratificando-o) ao status migratório (PEROCCO, 2012; MORRIS, 2002; SCHIERUP et al., 2006).

A precarização *estrutural* envolve, digamos, tanto as populações imigrantes residentes quanto os novos imigrantes que chegam. Os primeiros vêm acentuar os mecanismos de discriminação até as formas de verdadeira e própria exclusão; os últimos encontram procedimentos seletivos e restritivos de entrada e inserção cada vez mais rígidos. A precariedade das condições de existência dos imigrantes é um fenômeno permanente na história europeia, mas do início dos anos 2000 recrudescceu ainda mais. As empresas exigem em todos os países, especialmente naqueles de baixa produtividade de trabalho, trabalhadores flexíveis, pouco enraizados, *just in time*, descartáveis, para utilizar com base nas necessidades imediatas da produção e no singular andamento dos ciclos econômicos.

A interação entre precariedade de trabalho e precariedade jurídica piora as condições de muitos imigrantes que estão entre a “*flexibilidade*” produzida pelas novas legislações sobre o trabalho e a *rigidez* das normas sobre a imigração. Enquanto que nos anos 1960 e 1970 houve uma inserção no mercado de trabalho relativamente estável promovido por um quadro de forte crescimento econômico, nas décadas sucessivas essa inserção se tornou muito mais incerta, em conexão com um andamento da economia muito menos efervescente. Isso gerou uma área de trabalho institucional vulnerável, uma *underclass* de trabalhadores fortemente chantageada, da qual é parte integrante a produção em massa de imigrantes

“clandestinos” que são, apesar de tudo, o protótipo do trabalhador precário. Na pele dessa camada mais baixa da classe trabalhadora são experimentadas novas formas de extrema pressão do trabalho: na Alemanha, multiplicam-se trabalhos remunerados com menos de 2 euros a hora; na Itália, é normal que nos campos ou nos mercados de frutas e verduras/hortomercados se trabalhe por 2-3 euros a hora. Mais uma vez, para as mulheres, nesse caso as cuidadoras (na Itália são quase um milhão), é ainda pior: o trabalho 24 horas por dia com idosos dependentes. É uma espécie de *deslocalização in loco dos setores e atividades que não é possível deslocalizar* (construção, agricultura, cuidados com as pessoas etc.). Tudo isso entra num processo geral de precarização estrutural de trabalho (ANTUNES, 2013), que envolve ainda mais os trabalhadores autóctones e provoca neles um desconforto, uma insegurança, um mal-estar generalizado que os partidos “populistas” e racistas insistem em arremessar contra os imigrantes.

Na era neoliberal, o mercado de trabalho euro-ocidental apresenta claramente uma *hierarquização racial*. O trabalho dos imigrantes é canalizado em alguns setores e cargos, em particular no mercado de trabalho secundário, e é super-representado nos compartimentos caracterizados de irregularidade, precariedade, baixos salários, alto risco de acidentes, trabalho pesado e baixa qualificação. Acentuam-se as funções historicamente atribuídas à imigração de exército de reserva (com uma reserva da reserva: os “clandestinos”) e de amortização social da crise (CASTLES, 2000; SCHIERUP et al., 2015). Destaca-se a *diferenciação interna das condições jurídico-administrativas* dos imigrantes, em consequência da diferenciação dos direitos e do status atribuído aos imigrantes com base nas diversas tipologias de visto de residência e de contrato de trabalho existentes nos diversos países. Desse modo, estendem-se às áreas de empobrecimento e de marginalidade social: políticas de inclusão diferenciada segundo critérios nacional-racial (nacionalidades “boas” opostas às “indesejadas”), políticas locais de exclusão (por exemplo, exclusão do direito à moradia) e restrição institucional de acesso ao *welfare* geram e acumulam desigualdades sociais. Em quase todas as metrópoles se forma verdadeiros e próprios guetos urbanos, semelhantes aos estadunidenses, habitados prevalente ou exclusivamente pela população imigrante pobre.

Trata-se, em grande medida, de um jogo das partes entre mercado e estado que comporta, como resultado, um incremento da contenção e do esmagamento de grande parte dos trabalhadores imigrantes. A convergência das políticas migratórias no sentido restritivo e repressivo, que inicia na segunda metade dos anos 1970 e interessa a União Europeia e grande parte dos países europeus, conduz à desclassificação da imigração, *de uma questão de trabalho*, para uma questão *essencialmente de ordem pública*. Os seus principais pilares são o fechamento oficial das fronteiras em nome do contraste da “imigração clandestina” e da gestão seletiva, eugenista e racista dos novos chegados. O verdadeiro objetivo de uma política similar *não* é o bloqueio total da imigração, nem o fechamento hermético das fronteiras, muito menos o *agravamento das condições da migração* (em termo de entrada e de permanência). Os efeitos são, de um lado, a grande quantidade de mortos no mar e nos desertos africanos e, de outro, a drástica redução

preventiva do valor da força de trabalho recebida, e a pretensão de admitir somente imigrantes com competências específicas e especializações. Diante disso, fazemos aqui uma autocitação que resume isso:

[...] desde que acabou o ciclo de desenvolvimento pós-guerra (1945-1973), a taxa de acumulação de capital permaneceu, contudo, sem fôlego; e não será capaz de se recuperar sem uma maciça injeção suplementar de valores que podem vir somente de uma *complexa desvalorização da força-trabalho na escala mundial* [...]. Como os Estados Unidos e o Japão, os seus maiores concorrentes, a Europa também tem, em todos os setores da economia e não somente na indústria, nas minas e nos trabalhos públicos como nos primeiros sessenta anos do século XX, uma inesgotável necessidade de mão de obra (também qualificada) *a baixo custo*, isto é, a um preço claramente inferior daquele médio europeu, hiperflexível, ou seja: hiperprecária, privados dos direitos mais elementares, forçados a aceitar ritmo, horários, tarefas de trabalhos pesados e desconfortáveis. E nenhuma força de trabalho quanto aquela dos imigrantes responde, *forçadamente*, a tais características. [...] certo “discurso público” anti-imigrante aparentemente se opõe à avidez de trabalho imigrado que as indústrias possuem [...] de um modo geral as relações entre dois fatores, empresas e estado, parece-nos fundamentalmente *funcional*. Às empresas servem novos contingentes de trabalhadores imigrantes – na realidade, novos imigrantes sempre chegam –, mas para que tal fonte de mão de obra corresponda plenamente às suas expectativas é preciso que se trate de uma força-trabalho na medida do possível “indefesa”. A criminalização dos migrantes até o ponto de estigmatizar o fato de migrar (em si); a condição de minoria social, jurídica, cultural e psicológica em que é mantida na Europa a massa de imigrantes; a multiplicação das proibições e das restrições de acesso e permanência com objetiva multiplicação do risco de “clandestinidade”; a forte dependência material (a dívida inicial, primeiramente) que os processos dificultados de entrada implicam para os imigrantes; todos esses efeitos da política punitiva dos países no confronto da imigração *beneficiam as empresas*, porque entregam na mão deles uma força-trabalho que, pelo menos por um período inicial (não breve), sendo praticamente privada de meios válidos de autodefesa, *deve* se vender a condições que não pode de algum modo negociar”.

A partir dos atentados de 11 de setembro de 2011, na Europa ocidental estigmatizar e criminalizar as populações imigrantes, nesse caso as de matriz cultural islâmica, passou a ser também o esporte preferido das indústrias dos meios de comunicação de massa. Serve, e como, para legitimar as políticas anti-imigrantes (atenção: não anti-imigração!) e a dividir a classe-que-vive-de-trabalho. Esse período obscuro iniciou na França em 1980¹⁷, mas é somente algumas décadas depois que desprezar a população imigrante se tornou um dever categórico, se não uma verdadeira e própria obsessão, dos “homens públicos” e das feministas de estado.

Em 2000, toda Europa foi atingida por um virulento *racismo institucional*, principal propulsor das discriminações diretas e indiretas, institucionais e espontâneas (BASSO, 2010). O aumento do racismo de Estado determina para os imigrantes a redução dos direitos sociais, agrava as condições das pessoas submetidas a um direito especial, nutre de coisas ruins os sentimentos de hostilidade popular sobre a população imigrante. Nesse clima, toma forma um ordenamento neo-assimilacionista contundente.

Esse neo-assimilacionismo prevê que as populações imigrantes se adaptem às condições que são abstratas a eles em âmbito ocupacional, habitacional, jurídico etc. Ao afirmar a supremacia da identidade nacional nos meios de comunicação, homens de governo, partidos políticos e intelectuais chamam de volta

os imigrantes (os “hóspedes”) ao *dever* de aderir aos “valores” declarados fundantes de cada estado individual (a *indétité français*, a *Britishness* e por aí vai), de assimilar a tradição cultural do país anfitrião – sob pena de seu isolamento. Na esteira das doutrinas que floresceram no contexto estadunidense (HUNTINGTON, 2004), o neo-assimilacionismo num condimento europeu nega a presença social das populações imigrantes (embora sejam, em todos os aspectos, indispensáveis), não reconhece seu significado cultural, ordena que eles “permaneçam em seu lugar” e despojem os seus traços “identitários” na esperança de integração (na verdade, inatingíveis). Os documentos dos valores, os contratos de acolhimento e integração, os testes linguísticos e de educação cívica, que proliferam nesse período, são todos dispositivos que preveem a conformidade com os valores e o conhecimento da língua dos países de chegada como pré-requisito necessário para o visto de residência e o gozo dos direitos fundamentais. E é um aviso para todos os imigrantes, especialmente os mais organizados e combativos, para que eles entrem na linha, dissociem-se de seus compatriotas, das associações e dos grupos de apoio, separam-se no fim das contas de si mesmos, das suas mais profundas aspirações, e se identificam com os “valores” ingleses, franceses, italianos, dinamarqueses, belgas, europeus – que são, no final, se não os valores do “livre mercado”.

O período do documento dos valores¹⁸, que foi muito intensa entre 2005 e 2009, marca o declínio do multiculturalismo e a ascensão de um assimilacionismo que compreende a *assimilação cultural* como uma civilização “superior” e produz *marginalidade social* em uma sociedade ultrapolarizada. Esse processo, inútil dizer, vai em direção diametralmente oposta à verdadeira e plena igualdade no plano social, político, jurídico entre nativos e imigrantes, e à possibilidade de realizar um encontro entre povos e indivíduos de diversas nacionalidades que seja autenticamente humano.

No avanço dessas políticas, as autoridades europeias confiam nas camadas mais privilegiadas e integradas das populações imigrantes. A começar, naturalmente, nos países mais antigos, de fato, a imigração produz no tempo uma progressiva divisão da população imigrante em *classes* de diferentes interesses e também antagonistas. Embora inicialmente os imigrantes pareçam indistintos candidatos a serem “trabalhadores sem qualificação permanentemente”, com o passar do tempo uma pequena parte deles, mas não irrelevante, conseguiu ter acesso a posições empresariais (na Itália, atualmente, centenas de milhares de empresários de origem estrangeira), profissionais, políticas etc., *de elite*. Agora não há mais país europeu, da Escandinávia à Grécia, que não tenha ministros, deputados, escritores, celebridades dos meios de comunicação empreendedores de sucesso de origem imigrante. E é também nessa *elite*, mais ou menos assimilada, que alavancam os círculos europeus dominantes e impõem à massa das populações de imigrantes, em particular os proletários imigrantes, a devoção aos países que os “acolheram”.

Todavia, está longe de ser fácil. Uma vez que para a grande parte das populações de imigrantes aceitar a ordem assimilacionista significaria renunciar à própria dignidade e subscrever-se à exploração diferencial e limitada dos direitos que os fazer sofrer. Não surpreende, portanto, que tenham resistido a essa

escalation da ofensiva institucional que se une a uma radical precarização das vidas dos imigrantes (até reduzirem muitos à clandestinidade) a injunção de se assimilar revolta, principalmente, aos velhos imigrantes. O período que vai dos anos 1980 até a grande crise em 2008 é marcado por lutas dos *sans papiers*¹⁹ na França, na Bélgica, na Suíça, destinados a obter a regularização incondicional de todos os imigrantes; de protestos e revoltas de requerentes de asilo e refugiados para obter o reconhecimento do próprio direito de ficar na Europa e a circular livremente; de iniciativas culturais e políticas de contraposição ao racismo e ao crescente espírito neocolonial (como o *Parti des Indigènes de la République* na França). Para não mencionar a revolta de massa dos guetos metropolitanos, de Brighton – 1981 até os *banlieues* de Paris em 2005.

Na Itália, talvez, a resistência foi nesse período uma das mais notáveis. Desde o início de 1980, quando os imigrantes eram centenas de milhares, são formados circuitos embrionários de organização centrados, principalmente, na rede de apoio e no associativismo que se reuniu em Roma em 7 de outubro de 1989, na primeira manifestação de massa organizada sobre o tema da imigração – “para os direitos dos imigrantes e da igualdade”. Desde então, durante mais de 15 anos, houve um *crescimento de autoatividade* dos trabalhadores e das populações imigrantes, que passou pela ocupação de lugares para habitar e organizar-se, uma sindicalização de tamanho particular, às vezes superior àquela dos italianos, as associações multinacionais; as lutas pelo visto de residência do ano de 2000 na cidade de Brescia e em Roma; a formação do Comitê de imigrantes na Itália, as mobilizações e as greves gerais provinciais em Vicenza e Região Emilia contra a lei Bossi-Fini nos anos 2002-2003; a participação ativa, ao lado de trabalhadores italianos, nos protestos em defesa do art. 18 (proibição de demissões sem justa causa). Nesse meio, uma série de respostas parciais, mas significativas, à periódica intensificação das campanhas racistas de estado iniciadas em grande estilo em 1991 contra os albaneses (milhares foram trancados no estádio de futebol de Bari); o naufrágio em 1997 do navio albanês *Kater i Rades* por causa de uma corveta da marinha militar italiana; os ataques físicos, também fatais, a cada imigrante, ao desencadeamento das guerras neocoloniais ao Iraque e ao Afeganistão, e de Israel aos palestinos, com a tentativa, realizada em 2002, em Berna, de dar vida a uma coordenação europeia entre o Comitê de Imigração. Esse processo de *politização necessária* que atingiu o seu pico em dezembro de 2004, para depois curvar-se à progressiva redução das greves e das lutas do proletariado autóctone. A esse conjunto de lutas, greves, mobilizações, que envolveu nos últimos anos, com diferentes intensidades, centenas de milhares de proletários e proletárias imigrantes, que se juntaram a uma literatura de imigração sempre mais vasta e elaborada e uma produção de peças teatrais centradas sobre os eventos e dramas da imigração. Não faltaram resultados concretos relevantes, como a maxi-sanatoria²⁰ lançada contextualmente após a entrada em vigor da Lei Boos-Fini. Além disso, essa resistência teve o mérito de levantar na cena pública italiana uma série de questões importantes: as causas subjacentes da imigração internacional (a qual nunca se discute), as razões da “clandestinidade” de

certo número de imigrantes, as fontes do racismo e do sistema das discriminações institucionais, e o seu uso pela classe capitalista.

Ao mesmo tempo, em milhares de postos de trabalho, nas escolas, nos condomínios, e em grande parte das iniciativas que acabamos de mencionar (principalmente nos sindicatos e nas associações), criou-se um lento e contraditório emaranhado, enquanto se quiser, mas real entre autóctones e imigrantes. Nasceu disso um *tecido de cooperação* e até de *confraternização* que é um antídoto vivo, forte, para a difusão do racismo de estado, de mercado e popular. A agressividade particular da propaganda racista se deve também à consciência que essa situação pode, com o tempo, consolidar-se.

4. A última década: entre a nova solidariedade e a guerra aos imigrantes

Nos anos seguintes à crise de 2008, abre-se uma nova fase onde se *radicalizam e entram em conflito com crescente dureza* as pressões antiéticas presentes na fase precedente.

De um lado, avança o inexorável o processo de enraizamento social dos imigrantes, que enfraquece uma densa rede cotidiana de relacionamentos, geralmente de amizade e afetivos, entre jovens e adultos de tantas nacionalidades (em uma cidade italiana média, como Padova, estão presente mais de 100 nacionalidades). Nasce uma nova solidariedade, novos laços sociais, novas formas de troca intercultural e transcultural – algo inimaginável na Europa de alguns anos atrás. Como exemplo relacionado ao panorama religioso: em 1950, a presença dos imigrantes muçulmanos na Europa era de milhares de centenas, atualmente é cerca de 20 milhões²¹.

Por outro lado, não é exagerado afirmar que essa terceira fase é distinta de uma verdadeira e própria *guerra aos emigrantes e imigrantes*. Com o declínio da era do multiculturalismo, enfraquece-se o neo-assimilacionismo para dar espaço às políticas de estado de *rejeição e exclusão*. Essa fase, que se pode definir como “trumpiana”, embora inicie antes de Trump, é o resultado da exacerbação depois de 2008 de tendências que já operavam na época neoliberal. A Itália mais uma vez atua como precursor – antes com o bloqueio do ingresso de regulares (através da supressão de fato, depois de 2012, do decreto-flussi), depois com a Circular nº 14260/2014 sobre o trabalho gratuito dos requerentes de asilo, assim como os acordos Itália-Líbia, que dão origem a uma zona de campo de concentração e de tortura para os emigrantes da África subsaariana, a proibição das ONGs e, finalmente, no último biênio, com dois decretos-segurança do governo Lega-Cinquestelle.

Esse período é marcado de extremismo das políticas neoliberais como respostas à queda das receitas neoliberais e a dupla grande crise capitalista, social e ambiental²², que levou ao violento agravamento das desigualdades globais, internacionais e internas (PEROCCO, 2018). No âmbito de tal dinâmica, globaliza-se a *desigualdade racial ligada à imigração*, de ser imigrante em um País estrangeiro. Claro: não é uma absoluta novidade dos últimos tempos. Todavia, hoje a desigualdade racial ligada à imigração se apresenta

como um fenômeno *global, institucional, orgânico*, considerando a Europa, os Estados Unidos, o Japão, o Oriente Médio, Israel, a Austrália, diversos Países da América do Sul e da Ásia, assim como da África do Sul.

A guerra da Europa aos emigrantes do Sul do mundo é a guerra contra os pobres dos continentes dessa parte do planeta²³. Nela participam, com diversas modalidades, cada país europeu, a União Europeia, vários organismos supranacionais e seminacionais – todos sujeitos que no campo das políticas migratórias se movem de acordo com a “ditadura dos mercados”. Através de uma miríade de regulamentos, protocolos, acordos, circulares, leis, memorandos e tratados (públicos e secretos), os países europeus deram uma feição ao acordo de Schengen, fixando as características e os instrumentos de uma política migratória efetivamente restritiva (especialmente nos confrontos dos emigrantes “econômicos”). O percurso inicia em 2006, com o Processo de Rabat, para chegar ao atual fechamento quase total através o Processo de Khartoum (2014), os acordos de Malta (2015), o tratado da Turquia (2016), o memorando Itália-Líbia (2017) e os sucessivos pactos particulares. É uma política marcada pelo reforço e militarização das fronteiras europeias e a sua externalização na África – muro, muro, muro! (MARSHALL, 2018; CHAICHIAN, 2014) –, criação dos campos de detenção para emigrantes nos países de origem ou de trânsito, rejeições individuais e coletivas no mar e na terra. A terrível piora do percurso migratório que deriva disso coincide com a sua entrega nas mãos da criminalidade organizada. Naufrágios de estado, ilegalização dos imigrantes, privatização do direito internacional com o envolvimento de entidades privadas na “governance” dos movimentos migratórios (GJERGJI, 2016). Um processo *descaradamente autoritário* que afeta a relação entre a União Europeia, os países europeus e as respectivas populações autóctones porque legítima, em geral, os tratamentos típicos de relações de escravidão ou de subordinação, e não certamente de relações de cidadania.

Nessa guerra contra os imigrantes, os meios de comunicação de massa dão uma contribuição enorme. Em maneira insistente representam os emigrantes-imigrantes como invasores vindos de mundos retrógrados e enfermos, mercenários vorazes do “nosso” welfare, preguiçosos dotados dos mais baixos instintos animais, importadores de criminalidade. Nessa guerra de palavras – palavras que são mais pesadas do que as pedras – a indústria midiática do desprezo inventou uma série de estereótipos inferiorizantes construídos *ad hoc* para estigmatizar de tempos em tempos os imigrantes árabe-muçulmanos, chineses, africanos, albaneses, polacos, romenos, os Rom, as mulheres imigrantes, os *sans-papiers*, os que pedem asilo, os refugiados, as assim chamadas segundas gerações, os alunos estrangeiros, os bairros e a alta concentração de imigrantes, legitimando cada forma de injustiça sobre os imigrantes. De tal modo, geram e fixam um imaginário de estranhamento, que alimenta a aversão e a rejeição, e incentiva a violência, a agressão, os homicídios. Nesse contexto, não é difícil transformar a “questão imigração” em uma questão claramente *militar*, de segurança nacional, confiando na marinha militar e na polícia de fronteira – disso

proveem os partidos da direita mais agressiva, que foram capazes, a partir do Front National da França²⁴, de ditar também a agenda para aqueles de centro-esquerda.

Nem as populações imigrantes já residentes na Europa e em regularidade com a lei ficam de fora do ataque. Um dilúvio de leis, circulares, regulamentos, medidas de autoridades nacionais e locais estão penalizando-os nos mais variados âmbitos da vida social. As políticas de integração ficam em um nível sempre mais simbólico. Na verdade, prevalecem, a nível europeu, países individuais e locais, práticas de inferiorização, marginalização e exclusão. O discurso público euro-ocidental sobre a imigração perde cada freio ao representar as populações imigrantes como uma *ameaça global*, um *perigo de uma época*, que deve se defender em todos os aspectos: o trabalho, a casa, o andamento escolar, o welfare, a habitabilidade do bairro, a saúde pública, a segurança individual e nacional, as comunidades locais, o patrimônio genético, a cultura, a identidade, os valores europeus, a civilização ocidental. As consequências desse discurso se defrontam com o mundo da imigração, assim como com toda a classe trabalhadora, porque incitam os autóctones e os imigrantes à competição desenfreada e à recíproca hostilidade, dividindo as suas forças.

Essa fúria anti-imigrante tem o objetivo de *impedir* ou *desacelerar ainda mais o enraizamento* das populações imigrantes. O enraizamento social se torna menos dócil e disponível à força-trabalho estrangeira, faz com que se torne mais insensível, resistente, “pretenciosa” – é a “pretensão” de ver reconhecida a própria dignidade e o próprio direito a um tratamento de ser humano a todos os efeitos, não de um instrumento animado de trabalho. A inserção aumenta o valor social da força-trabalho estrangeira e a expectativa das trabalhadoras e dos trabalhadores imigrantes. E é por isso que os governos europeus e de instituições internacionais, como o FMI (Fundo Monetário Internacional), apontam sempre mais para as migrações temporárias e *circulares* (sazonal, sob contrato, circulares espontâneas e regulares)²⁵, acerca de emprego, ou seja, de trabalhadores temporários, sem família, com pouca ligação com a sociedade de chegada e pouco conhecimento do território, que autocomprimem as suas próprias necessidades de socialização dando por certo o caráter provisório da sua presença, mas estão em posse dos recursos mais preciosos (para as empresas e os países de “acolhimento”): *a disponibilidade absoluta da própria capacidade de trabalho por um tempo delimitado*. Nesse esforço máximo de alargar as migrações circulares (temporárias) e reduzir as definitivas, limitando-as – se possível – somente às pessoas dotadas de qualificações profissionais, a União Europeia tem um papel de protagonista (CE, 2000, 2007). Assim como, tem também em difundir uma *falsa* narrativa em que as migrações circulares seriam vantajosas para os países de chegada, os países de partida e os imigrantes²⁶, e ao definir novos e específicos programas de *mobility partnerships*. Em relação ao plano teórico, esse processo sobre o paradigma impalpável e fluido da mobilidade, que é responsável por substituir aquilo que é bastante concreto e sólido da “imigração”²⁷.

Em importante trabalho dedicado a esse tema, Gjergji (2016) ressalta que a combinação entre migração circular e acordo bilateral implica em um “modelo migratório” em que os trabalhadores

imigrantes – rigorosamente selecionados – se movem seguindo os ritmos dos ciclos de produção e as flutuações de curto prazo do mercado de trabalho; que as políticas de suporte à migração temporária ultrapassam as tradicionais políticas migratórias da União Europeia e dos países europeu, e ao mesmo tempo integram as suas políticas restritivas e repressivas, institucionalizando a precariedade dos trabalhadores imigrantes e fazendo da migração temporária o *único canal de ingresso regular*.

E como fica a resistência das populações imigrantes nessa terceira, tão áspera, fase? E as lutas dos trabalhadores imigrantes? Uma primeira forma de objetiva resistência, isso já foi dito, é o crescimento consolidado de uma massa de imigrantes que, apesar do clima de ódio, de desprezo, de guerra que os fazem partir, não entendem definitivamente de renunciar o seu “projeto migratório”. Qualquer vento que seja o vento que soprar, “nós ficamos”. Todavia, dada à violência e à continuidade do ataque institucional e “privado”, é inevitável que muitos/as recorram à privacidade e também ao medo. Não se possível esquecer que a Europa ocidental do depois-2008 é a Europa de Breivik, o terrorista de Oslo, e da galáxia de pequenas formações neofacistas e neonazistas, que têm como primeiro alvo os imigrantes de acertar, também fisicamente. É a Europa da ascensão política do Front National na França, da Lega na Itália, da Ukip na Grã-Bretanha, de Jobbik na Hungria, de Alba Dorata na Grécia, da Fpö que foi de Haider na Austria, de Pegida e da AFD na Alemanha, dos Veri Filandeses, do Partido do Progresso Norueguês (protegida de Breivik), da islamofobia mais violenta. Em um ambiente assim corrompido, e diante de um recuo geral (na Europa) dos movimentos dos trabalhadores, pequenos grupos de jovens conspiradores com ascendência estrangeira sentiram-se, errando radicalmente, poder substituir a passividade das massas com os atentados de matriz jihadista. Toulouse, Bruxelas, Paris (três vezes em 2015), mais uma vez Bruxelas, Nice, Berlim, Londres, Estocolmo, Manchester... – uma sequência de atentados, às vezes, muito sangrentas, que são geralmente motivadas como resposta organizada do Estado Islâmico do Iraque (Isis) às velhas potências coloniais. No entanto, se olhar para os autores dos atentados, descobre-se que o seu interior é quase sempre constituído de processo de marginalização, guetização, exclusão social e da feroz islamofobia de estado, como já foi mencionado (BASSO, 2016).

Menos publicizado, mas muito carregado de significativas perspectivas, é o percurso de luta feito na Itália nesse período por dezenas de milhares de carregadores imigrantes da logística originária dos países do Magrebe e de outras 30 nacionalidades, quem deram vida a um ciclo de lutas enérgicas, densas, muitas vezes vencedoras no plano sindical, dando um exemplo de “como se faz” a muitos trabalhadores italianos – um ciclo de lutas decenal da qual nasceu o primeiro organismo sindical, na Itália e, talvez, na Europa, composto, em sua maioria, de proletários imigrantes, muito ativos em denunciar as políticas de estado anti-imigratórias (SI Cobas, 2017). Numerosos foram os protestos e as pequenas revoltas dos refugiados e dos requerentes de asilo, dos trabalhadores agrícolas e dos primeiros núcleos de operários imigrantes que descobriram, para a vantagem de todo o mundo de trabalho assalariado, o verme das falsas cooperativas. E

– para além das grandes ambiguidades políticas dos seus impulsionadores – o amplo acompanhamento das iniciativas de massa antirracistas de outubro-dezembro de 2018 em Berlim (sob o signo da *Uniteilbar*, o Indivisível) e em Londres, testemunham que a ascensão do racismo de Estado e da guerra aos emigrantes/imigrantes não é de fato irresistível – olhando para a composição dessas manifestações, se tem a prova que a trama das relações de solidariedade entre autóctones e imigrantes é real, e de nenhum modo uma alucinação nossa.

5. As perspectivas

E agora? O que anuncia o previsível futuro? A intensificação do conflito social, de classe, que já foi descritiva neste texto. Para os fortes poderes europeus, a imigração foi, logo após a segunda guerra mundial, uma questão *inerente ao mercado de trabalho*, para depois se transformar progressivamente na era neoliberal em uma questão de *ordem pública*, e nos últimos anos, inclusive, em uma questão *militar*, bélica. A palavra-chave amplamente legitimada nos últimos anos é *invasão*. E tudo isso permite imaginar um ulterior crescimento do alarme institucional sobre essa vertente, por duas razões concorrentes. A primeira é que a migração internacional, especialmente da África e do Médio Oriente, é destinada para aumentar, *se* as causas de fundo que as determina – as desigualdades de desenvolvimento, a dívida externa, a transformação capitalista da agricultura, as guerras, os desastres ecológicos etc. – continuarem a operar sem perturbações. A segunda, é que se reúnem sobre a economia e a política mundial nuvens de tempestade sempre mais ameaçadoras que repercutiram negativamente, principalmente na Europa, sobre a massa das classes subalternas. Para os poderes constituídos, nada melhor que desviar o sofrimento e a insegurança social em crescimento exponencial contra o *bode expiatório* constituído de trabalhadores/trabalhadoras e das populações imigrantes. As técnicas de manipulação e de desvio são bem consolidadas e refinadas, e pode se beneficiar de uma infantilização de massa real produzida pela hegemonia do pensamento neoliberal único. Alguém poderia estar errado ao acreditar que tal perspectiva apenas e exclusivamente às camadas mais agressivas e fanáticas da direita europeia, que não têm consistência insignificante. Essa perspectiva está inscrita nos próprios acordos de Schengen.

No entanto, isso choca fortemente contra a realidade da sociedade europeia *que se tornaram definitivamente multinacionais, multirraciais, multiculturais*, multirreligiosas. A roda da história não pode ser revertida para retornar, admitida e não concedida, que nunca existiu em forma pura nos tempos modernos, a sociedade “homogênea” em nível nacional, cultural, racial, religioso. Tampouco, pode-se apagar o crescimento das expectativas de centenas de milhões de pessoas oprimidas e oprimidos do Sul do mundo com o golpe de caneta, assinando novos acordos escravistas entre países, ou com desastres de mortos no mar, ou com a multiplicação dos campos de concentração para emigrantes e o relativo terror. Assim

como seria ingênuo imaginar que possam renunciar aos seus anseios as centenas de milhares de empresas, que até aqui puderam acumular montanhas de lucros em cima de uma massa de seres humanos importados forçados à desumana condição de uma força-trabalho nua. Podemos esperar, portanto, apurados conflitos sociais.

Ao seu modo, Huntington (1996) tinha razão quando afirmava que a migração internacional e todos os problemas que mencionamos até aqui sinalizam uma verdadeira e própria passagem de época, e estabelecem um desafio de uma época. Na essência, essa passagem é, primeiramente na Europa e no Ocidente, a realização da globalização das relações sociais capitalistas e das leis da economia capitalista, que, embora de modo profundamente desigual, ligou em um único mecanismo e destino as populações que vivem nos quatro ângulos do planeta, provocando – além disso – a sua crescente mudança do Sul para o Norte e do Leste para o Oeste.

Por outro lado, Huntington (1996) erra ao considerar a criação de uma sociedade multinacional, multirracial e multicultural que derivam desse processo, uma espécie de efeito *contra-natureza*, que nos está levando inexoravelmente para uma série de guerras de cultura e de civilização. Para nós, nos entanto, esse conjunto de tumultuosas transformações possibilita finalmente ir *além* dos comportamentos nacionais estanques (que de resto foram amplamente superados no âmbito econômico); *além* da ultrapassada ideia de autossuficiência das culturas individuais e o seu caráter excludente; *em direção* às sociedades que aceitam e vivem as suas composições multinacionais e multirraciais como riqueza extraordinária; que se reconhecem na plena igualdade dos direitos das populações que compõem as condições primeiras para que essa riqueza se manifeste; que saibam encaminhar-se *além* do atual arranjo das relações sociais (capitalistas), além da atual desordem constituída. Não é de hoje que, em quase todos os lugares²⁸, a dimensão nacional aparece em atraso em relação à evolução material em curso: uma prisão ao invés de um espaço de liberdade. Já foram formadas, e abundantemente, as *bases* para a efetiva superação de nações, e poucos fenômenos sinalizam com a mesma força das migrações internacionais e da experiência dos emigrantes-imigrantes que vivem “a cavalo” entre duas ou mais nações, “raças”, culturas, continentes. Após a globalização das relações sociais próprias do capitalismo, é finalmente possível, sob as premissas estabelecidas por ele, mas negando seus critérios de sistematização, sair das relações materiais de dominação e opressão atualmente vigentes, e avançar para uma nova e fascinante época de trocas não mediada pelo dinheiro, pelos bens ou pelas mercadorias, entre livres e iguais, e de fusão entre as nações e as culturas.

Ao preparar e acelerar esse caminho de liberação, poucos lugares, na Europa e fora dela, a escola têm importância. E não é por acaso que nas escolas italianas e da Europa estão intensificando as pressões para trazer temas militares e chauvinistas, para fazer disso um centro de difusão do racismo institucional. Somente o antirracismo forte, radical e de classe é eficaz para responder efetivamente a essa pressão. Capaz

de sujeitar a uma crítica corrosiva cada forma de discriminação, opressão, inferiorização, humilhação e criminalização das populações imigrantes e, em particular, dos trabalhadores e das trabalhadoras imigrantes. Um antirracismo capaz de quebrar os comandos e os limites estreitos de retrógrados da ideologia dominante e esboçar os traços do novo mundo possível, e cada vez mais necessário.

Notas

¹ Fonte: <http://www.businessinsider.com/largest-ethnic-groups-in-America-2013-8?IR=T>.

² Fonte Eurostat: https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Migration_and_migrant_population_statistics.

³ Sobre essa tensão nos “trinta gloriosos”, consultar Kammerer (1974, p. 8-9).

⁴ O primeiro desses acordos foi estipulado em 1946 entre Itália e Bélgica, que prevê a troca de “*uomini contro carbone*”. Entre 1945 e 1970, foram expatriados da Itália sete milhões de pessoas para todo o mundo.

⁵ No período entre 1975 e 2005, foram expatriados da Itália 50 mil pessoas por ano. Com a crise de 2008, que afeta duramente os países do Sul da Europa, o movimento imigratório retoma o vigor, especialmente da Itália e da Espanha.

⁶ Somente na Alemanha Ocidental “depois da Segunda Guerra Mundial foram para as três zonas de ocupação ocidental cerca de 12 milhões de refugiados alemães” (BADE, 2001, p. 364).

⁷ Apesar de algumas facilidades, a grande parte dos imigrantes coloniais não europeus viveu uma condição de marginalidade e de exclusão social.

⁸ Em alemão, “trabalhador convidado” (NT).

⁹ Os autores utilizam a expressão “*di colori*”, que é comumente utilizada na Itália, para denominar pessoas que não são brancas, caucasianas, geralmente usada para referenciar negros, indianos etc. Assim, optamos por utilizar não-brancos (NT)

¹⁰ Porém, em 1962, já tinham participado da greve nas minas de Hamburgo e Essen, na Alemanha.

¹¹ Nesta tradução, optou-se por deixar o termo em inglês, que significa “bem-estar”.

¹² Na Itália, por exemplo, entre 1994 e 2014 os imigrantes passam de 500 mil para 5 milhões.

¹³ Expressão utilizada quando a União Europeia tinha somente 15 países-membros (NT).

¹⁴ Expressão utilizada para indicar que a União Europeia tem 27 países-membros (NT).

¹⁵ Para fins desta tradução, optou-se por deixar o termo Rom utilizado na Itália, e não ciganos, para designar os povos nômades vindos, principalmente, do Leste Europeu e que falam a língua romani (NT).

¹⁶ Consulte Basso (2015).

¹⁷ Nova porque nos anos anteriores não faltaram de jeito nenhum discursos anti-imigrantes.

¹⁸ Em italiano *Carta dei Valori*, é um dos principais documentos de uma empresa está estruturado acima de tudo no princípio da equidade, que é um princípio ético geral no qual todos os funcionários em todos os níveis devem se inspirar. Este princípio é especificado nos critérios de: transparência, justiça, eficiência, espírito de serviço, colaboração, aprimoramento de recursos humanos (NT).

¹⁹ Imigração clandestina (NT).

²⁰ A *maxi-sanatoria* (maxi-anistia) seria a regularização de imigrantes clandestinos, geralmente para trabalhar em algumas áreas específicas, como a agricultura (NT).

²¹ Excluindo a população muçulmana “autóctone” da Europa sul-oriental.

²² Gallino (2015) define-a como “a crise da civilização do dinheiro”.

²³ Os autores utilizam a expressão “*continenti di colori*”, ou seja, continentes de cor, para denominar continentes localizados no hemisfério sul. No entanto, acreditamos que esta expressão não cabe para a versão em português brasileiro.

²⁴ A partir de junho de 2008, o partido *Front National* (Frente Nacional) passou a se chamar *Rassemblement National* (Reagrupamento Nacional). Neste artigo, optou-se pela não tradução dos nomes dos partidos políticos (NT).

²⁵ É difícil fazer uma distinção clara entre essas tipologias, é mais fácil invés identificar seu caráter comum: migração de trabalhadores temporários.

²⁶ Na realidade, as vantagens para os trabalhadores imigrantes temporários são pouquíssimas (CASTLES; OZKUL, 2014).

²⁷ Transformado pela linguagem dominante em “migrante”, ao invés de imigrante.

²⁸ Não nos referimos, evidentemente, das condições dos palestinos e dos curdos.

Referências

- ALASIA, Franco; MONTALDI, Danilo; Milano, Corea. *Inchiesta sugli immigrati nell'anno del "miracolo"*. Roma: Donzelli, 2010.
- ANTUNES, Ricardo. *The Meanings of Work*. Leiden: Brill, 2013.
- BADE, Klaus. *L'Europa in movimento*. Roma; Bari: Laterza, 2001.
- BASSO, Pietro (org). *Razzismo di stato: Stati Uniti, Europa, Italia*. Milano: Angeli, 2010.
- BASSO, Pietro. Las emigraciones son siempre forzadas. Entrevista realizada por Juan Dal Maso. *La Izquierda diario*, 29 sep. 2015. Disponível em: <https://laizquierdadiario.com/Pietro-Basso-Las-emigraciones-son-siempre-forzadas>.
- BASSO, Pietro. *Le racisme européen: critique de la rationalité institutionnelle de l'oppression*. Paris: Syllepse, 2016.
- BASSO, Pietro; PEROCCO, Fabio (org.). *Gli immigrati in Europa: disuguaglianze, razzismo, lotte*. Milano: Angeli, 2003.
- CARITAS. *Dossier statistico immigrazione 1998*. Roma: Nuova Anterem, 1998.
- CARITAS. *Dossier statistico immigrazione 2000*. Roma: Nuova Anterem, 2000.
- CARITAS. *Dossier statistico immigrazione 2014*. Roma: Idos, 2014.
- CASTLES, Stephen. *Ethnicity and Globalization*. London: Sage, 2000.
- CASTLES, Stephen; KOSACK, Godula. *L'immigrazione operaia nelle aree forti d'Europa*. Torino: Musolini, 1974.
- CASTLES, Stephen; OZKUL, Derya. Circular migration, triple win or a new label for temporary migration? In: BATTISTELLA, Graziano (org.). *Global and Asian Perspectives on International Migration*. New York: Springer, 2014. p. 27-36.
- CHAICHIAN, Mohammad. *Empires and Walls: globalization, migration, and colonial domination*. Chicago: Haymarket, 2014.
- CE. Commission of the European Communities. *Communication from the Commission to the Council and the European Parliament: on a Community Immigration Policy*. Brussels: CE, 2000. Disponível em: <http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2000:0757:FIN:EN:PDF>.
- CE. Commission of the European Communities. *European Commission Communication on Circular migration and mobility partnerships between the European Union and third countries*. Brussels: CE, 2007. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=LEGISSUM:114564>.
- COUNCIL OF EUROPE. *People on the move: new migration flows in Europe*. Strasbourg, 1992.
- D'ANDREA, Mario. Memoriale. In: CARCHEDI, Francesco; PUGLIESE, Enrico (org.). *Andare, restare, tornare: cinquant'anni di emigrazione italiana in Germania*. Isernia: Iannone, 2006. p. 223-243.
- GALLINO, Luciano. *Il denaro, il debito e la doppia crisi spiegati ai nostri nipoti*. Torino: Einaudi, 2015.
- GALLISSOT, René et al. *Ces migrants qui font le prolétariat*. Paris: Méridiens Klincksieck, 1994.
- GJERGJI, Iside. *Sulla governance delle migrazioni*. Milano: Angeli, 2016.
- GOLINI, Antonio; AMATO, Flavia. Uno sguardo a un secolo e mezzo di emigrazione italiana. In: BEVILACQUA, Piero et al. (org.). *Storia dell'emigrazione italiana. I: p. artenze*. Roma: Donzelli, 2001. p. 45-60.

- HUNTINGTON, Samuel. *The Clash of Civilisation and the Remaking of World Order*. New York: Simon & Schuster, 1996.
- HUNTINGTON, Samuel. *Who Are We?* New York: Simon & Schuster, 2004.
- KAMMERER, Peter. *Sviluppo del capitale ed emigrazione in Europa: la Germania federale*. Milano: Mazzotta, 1976.
- KAMMERER, Peter. Storie di vita, di sviluppo e di sbandamento tra Sud e Nord. *La Critica Sociologica*, Pisa, n. 156, p. 80-95.2005.
- KOFMAN, Eleonore; RAGHURAM, Parvati. *Gendered Migrations and Global Reproduction*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2015.
- LINHART, Robert. *Alla catena*. Milano: Feltrinelli, 1979.
- MARSHALL, Tim. *I muri che dividono il mondo*. Milano: Garzanti, 2018.
- MERCKLING, Odile. *Immigration et mouvement ouvrier en France*. Paris: Université de Paris VIII-Mire, 1989.
- MORICE, Alain. L'utilitarisme migratoire en question. *A l'encontre*, n. 5, p. 12-22, 2002.
- MORRIS, Lydia. *Managing Migration*. London: Routledge, 2002.
- PEROCCO, Fabio. Trasformazioni globali e nuove disuguaglianze. Milano: Angeli, 2012.
- PEROCCO, Fabio. La crescita strutturale delle disuguaglianze nell'era neo-liberista. In: BASSO, Pietro; CHIARETTI, Giuliana (org.). *Le grandi questioni sociali del nostro tempo*. Venezia: Edizioni Ca' Foscari, 2018. p. 55-86,. Disponível em: <https://edizionicafoscari.unive.it/it/edizioni/libri/978-88-6969-274-1/>.
- ROTH, Karl Heinz. *L'altro movimento operaio: storia della repressione capitalista in Germania dal 1880 a oggi*. Milano: Feltrinelli, 1976.
- SASSEN, Saskia. *Migranti, coloni, rifugiati*. Milano: Feltrinelli, 1999.
- SAYAD, Abdelmalek. *La double absence*. Paris: Seuil, 1999.
- SCHIERUP, Carl-Ulrick et al. (eds.). *Migration, Citizenship, and the European Welfare State*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- SCHIERUP, Carl-Ulrick et al. (eds.). *Migration, Precarity, and Global Governance*. Oxford: Oxford University Press, 2015.
- SI Cobas. *Carne da macello*. Roma: Red Star Press, 2017.
- TRAPIER, Maryse. *L'immigration dans la classe ouvrière en France*. Paris: L'Harmattan, 1990.